

Sindsep reúne delegados para discutirem questões administrativas do Concondsef

O Sindsep/MA realizou na manhã de hoje, 11, uma reunião com os delegados ao Congresso da Condecef, para que fossem tratadas questões administrativas referentes ao evento.

O Congresso terá como tema “Fortalecer a organização sindical para reconquistar direitos e reconstruir os serviços públicos”, e vai acontecer entre os dias 14 e 17 de dezembro.

Durante o encontro, será construído o Plano de Lutas das

(os) servidoras(os) públicas(os) federais, fruto da construção coletiva e dos debates em plenária durante o Congresso. No encontro também haverá debates sobre a conjuntura política e econômica do mundo, do Brasil e do serviço público, com palestrantes que terão seus nomes divulgados em breve. Serão realizadas, ainda, a prestação de contas e a eleição da nova direção da Condecef/Fenadsef para os próximos quatro anos.



Marcha a Brasília aprovada no 14º CONCURTO deve ser referendada por maioria dos federais

Durante o XIV CONCONDSEF e o V CONFENADSEF servidores federais devem referendar a participação em uma grande marcha a Brasília, atividade aprovada durante o 14º CONCURTO que aconteceu em outubro. A marcha pela revogação da reforma trabalhista, da terceirização e contra a PEC 32 deve acontecer ainda no primeiro trimestre de 2024.

A Condecef/Fenadsef apresentou uma resolução sobre o setor público durante o CONCURTO com objetivo de ser incluída no plano de lutas da Central. Além da marcha, nessa resolução estão temas como a luta contra a reforma Administrativa, em defesa da recomposição salarial dos servidores do Executivo que ao longo dos últimos anos tiveram perdas superiores a 30%, além da defesa da negociação coletiva.

O XIV CONCONDSEF e o V CONFENADSEF acontecem

enquanto servidores discutem o fortalecimento de sua mobilização por reajuste salarial, equiparação de benefícios entre outras reivindicações urgentes.

O MGI confirmou reunião da MNNP para o dia 18 de dezembro, segunda-feira, um dia após o fim do congresso da maioria do funcionalismo que deve apontar diretrizes e um plano de luta para o próximo período.

A categoria está no limite e espera respostas efetivas. Sem os avanços esperados o processo de mobilização vem crescendo e a realização de greve para buscar atendimento de pautas urgentes vem sendo debatida pela base como única saída capaz de fazer com que o governo atenda ao pleito dos servidores federais.

Fique ligado e participe dos debates. Sua participação fortalece nossa luta!

Fonte: Condecef



Nota de pesar

O Sindsep/MA lamenta a perda irreparável do companheiro **Manoel Soares do Santos**, aposentado do Ministério da Saúde, em Imperatriz, que faleceu na noite do último dia 10 de dezembro.



IBGE: 2,5 milhões de mulheres não buscam emprego para cuidar da família e da casa

O papel de responsável pelos cuidados da casa e dos familiares, baseado num modelo de sociedade patriarcal, fez 2 milhões de mulheres brasileiras desistirem de trabalhar e de construir uma carreira profissional. Outras 553 mil que procuravam emprego também mencionaram esses fatores como impeditivos para trabalhar. Ao todo, portanto, mais de 2,5 milhões de mulheres não trabalharam em 2022 para cuidar de parentes ou de tarefas domésticas.

Essas mulheres fazem parte do contingente de quase 7 milhões, de idades entre 15 e 29 anos que não estudavam nem estavam ocupadas em 2022. Elas representam nada menos que 63,4% dos mais de 10,8 milhões de brasileiros da mesma faixa etária que estavam nesta situação no ano passado.

Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais 2023, estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na última quarta-feira (6), que faz uma análise das condições de vida da população brasileira em 2023, incluindo mercado de trabalho, indicadores de rendimentos, condições de moradia e educação.

Este trabalho invisível e não remunerado de cuidados que envolve uma série de atividades como a limpeza da casa, a compra de alimentos e atender as necessidades de crianças ou idosos, sejam eles independentes ou não, na grande maioria das vezes exercido por mulheres consumiu domicílios cerca de 12,5 bilhões de horas todos os dias.

Este último dado é de um

levantamento da Oxfam – uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça. “O trabalho de prestação de cuidados é o ‘motor oculto’ que mantém em movimento as rodas das nossas economias, empresas e sociedades”, destacou a entidade em seu relatório.

A situação dos homens é totalmente inversa. O número dos que saíram do mercado de trabalho pela necessidade de cuidar da casa e da família e, por isso não procuravam emprego foi de 80 mil, o que representa menos de 4% do total de mulheres na mesma situação. O principal motivo alegado por eles foram os problemas de saúde, com 420 mil. Entre aqueles que queriam trabalhar, apenas 17 mil mencionaram questões domésticas.

Política Nacional de Cuidados (PNC)

Esta invisibilidade do trabalho de cuidados foi abordada em seminário realizado pelo Ministério da Mulher, de quarta (6) a quinta-feira (7), em Brasília, com a presença de cerca de 200 pessoas, entre representantes do governo, movimentos sociais e pessoas da academia.

O objetivo do evento foi trazer propostas para a Política Nacional de Cuidados, para o qual um grupo de trabalho interministerial, com a participação de várias entidades, foi criado, e conta com representantes do movimento sindical bancário”, destacou a secretária da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Fernanda Lo-

pes, que representa o movimento sindical bancário no GTI, como suplente de Neiva Ribeiro, a vice-presidenta da Uni Américas Mulheres e presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

As pautas do seminário foram divididas em painéis de discussão:

- Divisão sexual do trabalho no Brasil: desafios para uma política nacional de cuidados;
- O trabalho reprodutivo: impactos e significados na vida das mulheres e;
- Demandas por cuidado: desafios na elaboração de uma política nacional

O PNC

O governo Lula criou a Secretaria Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), pasta responsável, ao lado do Ministério das Mulheres, de coordenar a pauta.

Por decreto presidencial, no dia 30 de março deste ano foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por 17 ministérios, além do IBGE, IPEA e Fiocruz.

Seu objetivo fundamental é garantir o direito ao cuidado a todas as pessoas que o necessitem e o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores do cuidado, considerando as desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade brasileira em termos de gênero, classe, raça, etnia, território e ciclo de vida.

Fonte: CUT